

# A FORMAÇÃO DO HOMEM NO CONTEXTO HISTÓRICO DA CRISE AMBIENTAL: A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA FRENTE AO PENSAMENTO REDUCIONISTA

*Profa. Dra. Ir. Maria Celeste de Sousa  
Prof. Dr. Albertino Servulo Barbosa de Sousa\**

## **Resumo**

O propósito e a relevância desse artigo é demonstrar que a formação do homem no contexto da crise ecológica deve ser alicerçada no pensamento ecoespiritualista, pois somente partindo deste princípio é possível uma educação ambiental que almeja uma consciência ecológica que não desconsidera a integridade da relação entre homem e natureza, opondo-se, portanto, a educação hegemônica fundamentada no antropocentrismo e ecocentrismo que são pensamentos reducionistas, pois negam a dimensão espiritual da natureza. Na primeira seção discorreremos sobre o antropocentrismo, discussão basilar, pois o ecologismo considera que a raiz da crise ambiental é essa doutrina, estabelecida pela filosofia moderna, por ter disseminado a crença do progresso humano no apogeu das ciências naturais. Deste fato decorre que o cientificismo é uma doutrina baseada no antropocentrismo. A principal consequência é o ideário que instrumentaliza a natureza, ou seja, que concebe o homem como a única fonte de valor de tudo que existe. Na segunda parte é exposta a formação humana fundada no ecologismo. Os ecologistas têm apresentado um desacordo quanto ao uso da tecnologia, enquanto uma ala defende apenas o reformismo social para sanar os problemas ambientais causados pelo progresso tecnológico, a vertente radical insinua que se deve parar com esse desenvolvimento e viver somente de acordo com os ditames naturais. Por fim, é apresentado o debate sobre a ecoespiritualidade, isto é, a formação humana fundada no diálogo com o objetivo de resgatar a origem sacra da relação entre homem e natureza, a única capaz de promover uma ética ecológica.

## **Palavras-chave**

Antropocentrismo. Ecocentrismo. Ecoespiritualismo.

## **Abstract**

The objective and the relevance of this research is to demonstrate that the education of man in the context of the ecological crisis must be grounded in ecoespirituality, because only from this principle is it possible for an environmental education that visa an ecological awareness that does not ignore the integrity of the relationship between man and nature, opposing thus the hegemonic education based on anthropocentrism and ecocentrism,

which are reductionist thoughts, since they deny the spiritual dimension of nature. In the first exhibit we argue about the anthropocentrism conception that instrumentalizes nature, that is, that conceives man as the only source of value of everything that exists. The second part is on the human formation founded on ecocentrism and the disagreement over the use of technology. Finally, the debate about the ecoespirituality, that is, the human formation founded on dialogue with the objective of rescuing the spiritual origin of the relationship between the man and nature, the only one capable of promoting an ecological ethics.

### **Keywords**

Anthropocentrism. Ecocentrism. Ecoespirituality.

## **1 Antropocentrismo: a formação do homem pautada no cientificismo**

A crise ambiental é a questão recorrente na atualidade apesar desse tema, devido ao formalismo que ainda impera na educação, surgir raramente nos principais níveis de ensino como objeto de discussão. Surpreendentemente quem tem mais discutido sobre esse problema tem sido os organismos políticos em parceria com as grandes corporações econômicas que nas últimas três décadas realizaram inúmeros fóruns de debates. Dentre estes os mais importantes foram as Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, designadas de Eco-92 e Rio+20 que trataram basicamente da economia sustentável<sup>1</sup>. Foram esses proponentes que decidiram que a educação ambiental é o instrumento de crítica para combater a crise socioambiental<sup>2</sup>. Apesar dessa convergência há um debate entre os ecologistas quanto ao fundamento teórico capaz de promover uma consciência ecológica<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>É importante assinalar, portanto, que esse conceito [economia sustentável], hoje muito disseminado, nasceu no próprio coração das instituições do imperialismo, por iniciativa daqueles que desenvolvem uma política destruidora contra os povos e suas conquistas. Como essas instituições do capital financeiro podem pretender 'salvar o planeta' por meio de um 'desenvolvimento sustentável', quando [elas] são o instrumento permanente de destruição das forças produtivas em escala da humanidade, conduzindo a um verdadeiro recuo da civilização?" (CISE, Pierre. O marxismo e o desenvolvimento sustentável. **A verdade**: revista teórica da quarta internacional. São Paulo, n. 58/59, abril. 2008, p. 24).

<sup>2</sup> De acordo com Dias (2008) foi a partir da repercussão do relatório do Clube de Roma, com a denúncia dos limites do crescimento econômico, que foi organizada a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Esse encontro é considerado o marco histórico da discussão ecológica em âmbito mundial e dentre as recomendações aprovadas nesse evento ficou decidido que a educação ambiental seria o instrumento de crítica para combater a crise ecológica. (DIAS, Genebaldo. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9ªed. São Paulo: Editora Gaia, 2004, p. 79-80).

<sup>3</sup> Antropocentrismo, Ecocentrismo e Ecoespiritualidade disputam o lugar de fundamentação teórica da educação ambiental. No fundo esse debate não passa da discussão sobre a questão fundamental da filosofia que foi observada por Engels no seu ensaio intitulado *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, isto é, o problema da relação entre espírito e natureza. Apesar da ignorância de Engels

A crítica principal do ecologismo é contra o antropocentrismo moderno<sup>4</sup>, fundamento estabelecido pela filosofia no século XVII, que é concebido, nessa oposição, como a raiz da crise ambiental, pois polarizou a relação entre homem e natureza, com a prevalência do primeiro sobre o segundo, estabelecendo a crença do progresso humano no apogeu das ciências naturais<sup>5</sup>.

Na filosofia do século XVII o conceito de domínio sobre a natureza havia alcançado sua forma moderna definitiva, o que permaneceu substancialmente inalterado até os dias de hoje. [...] Uma era que se encantava com as perspectivas da descoberta científica, encontrava seu credo orientador na noção de que o domínio do homem sobre a terra seria estabelecido pelo progresso das artes e das ciências. (LEISS, 1994, p. 79)<sup>6</sup>.

A consequência dessa dicotomia foi o estabelecimento do mecanicismo da natureza, do pensamento reducionista com a fragmentação do saber, do individualismo exacerbado e da crescente hegemonia da educação pautada no formalismo matemático. Doravante a instrução passou a ser centrada no indivíduo com o objetivo essencialmente elaborado no desenvolvimento intelectual e na especialização do conhecimento.

(...) O ideal da ciência é atingir uma concepção mecanicista, formalista ou analítica da natureza. Em outras palavras: toda a realidade, inclusive a experiência e as relações humanas, os acontecimentos, as forças sociais e políticas, tudo isso deve ser expresso numa linguagem formalizada, em termos de sistemas de partículas elementares. No fundo, o mundo não passa de uma estrutura particular no seio das matemáticas. (...) O conhecimento, quer em seu desenvolvimento, quer em sua

---

em afirmar que tudo se reduz ao materialismo, ele acertadamente nos informa sobre esse problema do fundamento que perpassa toda a filosofia. (N. do A.).

<sup>4</sup> Segundo Pepper (1996), o antropocentrismo é a cosmovisão que coloca os seres humanos no centro de toda a natureza; que considera o homem como a única fonte de todo valor, ou seja, o homem é que confere valor à natureza. (PEPPER, David. **Ambientalismo Moderno**. Tradução Carlos Lopes Silva Correia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p. 414).

<sup>5</sup> "O antropocentrismo também está frequentemente associado ao tecnocentrismo, à convicção de que os seres humanos se encontram numa posição, através da posse de conhecimentos científicos, para compreenderem e controlarem os processos naturais a tal ponto que é, até mesmo, possível resolver todos os problemas ambientais por meios tecnológicos." *Anthropocentrism is also often associated with technocentrism, the belief that human beings are in a position, through the possession of scientific knowledge, to understand and control natural processes to such an extent that it is even possible to resolve all environmental problems by technological means.* (SMITH, Mark. **Ecologism: towards ecological citizenship**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, p. 04, tradução nossa).

<sup>6</sup> *In seventeenth-century philosophy the concept of mastery over nature had achieved its definitive modern form, the one which has remained authoritative and substantially unaltered down to the present day. [...] An age which was becoming enthralled with the prospects of scientific discovery found its guiding credo in the notion that man's dominion over the earth would be established by the progress of the arts and sciences.* (LEISS, William. **The domination of nature**. Québec: McGill-Queen's University Press, 1994, p. 79, tradução nossa).

transmissão pelo ensino, deve ser cortado em várias especialidades. Para toda questão referente a um domínio qualquer de conhecimento somente a opinião do *expert* desse domínio particular merece crédito. (JAPIASSU, 1975, p. 83).

Os ecologistas responsabilizam a filosofia baconiana e cartesiana por promoverem essa visão antropocêntrica da natureza que perdura até os nossos dias. Capra (1982) afirma que com a filosofia baconiana o propósito da pesquisa científica passa a buscar o conhecimento capaz de ser usado para dominar e controlar a natureza.

O 'espírito baconiano' mudou profundamente a natureza e o objetivo da investigação científica. Desde a Antiguidade, os objetivos da ciência tinham sido a sabedoria, a compreensão da ordem natural e a vida em harmonia com ela. (...) A partir de Bacon, o objetivo da ciência passou a ser aquele conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza e, hoje, ciência e tecnologia buscam sobretudo fins profundamente **antiecologistas**. (CAPRA, 1982, p. 51).

Capra observa também que na raiz do programa baconiano de domínio da natureza está o patriarcalismo que é uma das formas radicais do antropocentrismo; e que o erro do pensamento cartesiano foi ter disseminado a crença na certeza do conhecimento científico, consideração refutada no século XX, mas que se tornou um dos pilares da cultura atual, sendo ensinada para as gerações seguintes.

A obra de Bacon representa, pois, um notável exemplo de influência das atitudes patriarcalistas sobre o pensamento científico. (...) A crença na certeza do conhecimento científico está na própria base da filosofia cartesiana e na visão de mundo dela derivada, e foi aí, nessa premissa essencial, que Descartes errou. A física do século XX mostrou-nos de maneira convincente que não existe verdade absoluta em ciência. (...) A crença cartesiana na verdade científica é, ainda hoje, muito difundida e reflete-se no cientificismo que se tornou típico de nossa cultura ocidental. Muitas pessoas em nossa sociedade, tanto cientistas como não-cientistas, estão convencidas de que o método científico é o único meio válido de compreensão do universo. (CAPRA, 1982, p. 52-53).

Ademais, concebe-se que o método cartesiano, alicerçado numa subjetividade a-histórica, é o responsável pela fragmentação que impera no pensamento e nas disciplinas escolares até nos dias atuais. Por essa razão os intelectuais que formam a classe acadêmica tem sido incapazes de pelo menos identificar o problema fundamental da crise socioambiental, da proliferação da dependência química, do crescente aumento do pauperismo e da violência generalizada, ou seja, os especialistas só subscrevem percepções estreitas da relação entre sociedade e natureza, como se as instâncias dessa relação fossem diametralmente opostas sem que estivessem interligadas intimamente. Nesta perspectiva envisada o problema da crise ambiental não pode ser compreendido e nem tão

pouco enfrentado pela educação atual, seja no nível básico, técnico ou superior, pois como esse ensino está arraigado na metodologia que promove a fragmentação do conhecimento, o que se sobressai é o individualismo, pois o propósito é somente satisfazer as necessidades do homem em si, como se o indivíduo fosse a-histórico, isto é, isolado da sociedade e da influência das transformações ocorridas na natureza.

(...) O fato da maioria dos intelectuais que constituem o mundo acadêmico subcrever percepções estreitas da realidade, as quais são inadequadas para enfrentar os principais problemas de nosso tempo. Esses problemas, como veremos em detalhe, são sistêmicos, o que significa que estão intimamente interligados e são interdependentes. Não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que é característica de nossas disciplinas acadêmicas e de nossos organismos governamentais. (CAPRA, 1982, p. 23).

A formação do homem baseada no cientificismo pressupõe o que na filosofia é chamado de razão instrumental e esta decorre de uma transformação ocorrida a partir do pensamento moderno que foi a subjetivação da razão (mudança decorrente das transformações ocorridas na existência material e social), a consequência funesta dessa passagem foi o estabelecimento da razão amoral, pois doravante a razão passou a ser considerada exclusiva do homem; o que promoveu nas gerações posteriores uma concepção meramente abjeta sobre a natureza.

A passagem para a concepção de razão entendida não mais como absoluta, mas relativa, e derivada unicamente do ator individual, significou a subjetivação da razão. (...) Essa transformação do pensamento, que caracteriza o pensamento moderno, a subjetivação da razão, a qual se transforma em razão instrumental, está ligada às transformações de formas concretas de existência. (GANDINI, 1980, p. 111).

Japiassu afirma que esse cientificismo promoveu a crise ecológica gerada pelo ideário de produção infinita de bens supérfluos, uma práxis humana que está presente até os dias de hoje. Essa práxis humana se deve ao fato do antropocentrismo, a centralidade no homem em detrimento da natureza, dominar as relações sociais em todos os âmbitos.

Essa corrida desenfreada ao aumento da produtividade e esse crescimento por vezes insensato dos bens, engendraram a crise ecológica que tanto nos inquieta hoje em dia. E essa crise está apenas em seu começo. O cientificismo, que foi uma das forças decisivas para gerar essa crise, parece revelar-se completamente incapaz de superá-la. (JAPIASSU, 1975, p. 90).

Além do patriarcalismo outra versão radical do antropocentrismo é o feminismo que considera a dominação sexual como a causa da instrumen-

talização da natureza. Por isso, propõe a dissolução da sociedade patriarcal e o estabelecimento da cultura fundada no feminismo para resolver os problemas terrenos, contudo no fundo tem somente a intenção de trocar a dominação com a instalação de uma sociedade matriarcal<sup>7</sup>. Esse pensamento já tem ganhado terreno no seio do ambientalismo, sendo designado de ecofeminismo, e só tem servido para legitimar o antropocentrismo em detrimento da natureza, pois não passa do mesmo projeto antropocêntrico de subjugação da natureza; pois, a pauta do ecofeminismo tende ao discurso sexista, isto é, de que o feminino é superior ao masculino, emperrando assim o discurso que impulsiona a isonomia social dos indivíduos. É interessante observar que mais uma vez o cientificismo é usado como lógica subjacente para legitimar a dominação da natureza, desta vez o argumento é de que há uma maior convergência entre o feminino e a natureza do que entre esta última e o masculino; considerando-se que isto ocorre devido à condição biológica de reprodução e alimentação que é exclusiva do feminino. Com essa consideração o discurso ecofeminista cai numa contradição performática, pois ao mesmo tempo em que se opõe ao sexismo<sup>8</sup>, reitera-o com a defesa de exclusividade do papel biológico. Além disso, o discurso ecofeminista deixa parecer que o gênero feminino é o único grupo social que sofre a dominação.

O ecofeminismo é uma perspectiva dentro do ambientalismo, influenciado pelo desenvolvimento geral do feminismo. (...) As ecofeministas unem-se numa crença central de convergência essencial entre as mulheres e a natureza. Isto acontece,

---

<sup>7</sup> Capra resvalou nesse pensamento beligerante quando afirma de modo acrítico que: “O movimento feminista é uma das mais fortes correntes culturais do nosso tempo, e terá um profundo efeito sobre a nossa futura evolução.” (CAPRA, 1982, p. 27).

<sup>8</sup> **Sexismo** e o **racismo** têm sido apresentados exclusivamente como sendo as piores formas de pretensão humana de superioridade. Porém, só recentemente tem se levantado uma terceira posição que afirma que o **especismo** supera essas formas, contudo sua fundamentação continua baseada no cientificismo. “A palavra especismo veio a mim enquanto eu estava deitado em um banho em Oxford há cerca de 35 anos. Era como racismo ou sexismo - um preconceito baseado em diferenças físicas moralmente irrelevantes. Desde Darwin, sabemos que somos animais humanos relacionados a todos os outros animais através da evolução; como, então, podemos justificar nossa quase total opressão de todas as outras espécies?” *The word speciesism came to me while I was lying in a bath in Oxford some 35 years ago. It was like racism or sexism - a prejudice based upon morally irrelevant physical differences. Since Darwin we have known we are human animals related to all the other animals through evolution; how, then, can we justify our almost total oppression of all the other species?* (Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2005/aug/06/animalwelfare>>. Acesso em: 13 nov. 2018, tradução nossa). “Especismo é o neologismo cunhado em 1970 por Richard Ryder e popularizado por Peter Singer, com o qual se traça um paralelo entre antropocentrismo e ideias sexistas ou racistas.” (In. SOARES. E.L.G. **O perigo verde: o princípio da sustentabilidade como contraponto à ecologia radical**. Editora JHMIZUNO, 2015, p. 112).

primeiro, porque a condição biológica associa inevitavelmente as mulheres, mais que os homens, com as funções naturais de reprodução e alimentação. O ecofeminismo é tipificado por Pietila, ao escrever sobre os problemas da 'Nossa mãe, Gaia'. Eles poderiam resolver-se através de uma 'cultura da mulher', fornecendo linhas de orientação práticas e filosóficas para o desenvolvimento sustentável. (...) Se ele [o ecofeminismo] reivindica que as mulheres têm uma 'relação especial' com a natureza em virtude do seu papel biológico, então os homens poderiam ficar permanentemente condenados por causa da sua biologia a um 'tipo de relacionamento inferior com a natureza'. Se a 'relação especial' é reclamada em nome da opressão comum pelos homens, ela é também problemática, pois as mulheres não constituem o único grupo oprimido nas sociedades ocidentais. (PEPPER, 1996, p. 141-143).

Em suma, a abordagem antropocêntrica, nas suas diferentes formas, pressupõe que a natureza só tem valor se o homem tiver uma utilidade para a mesma. Ou seja, essa concepção estabeleceu o senso comum de que os recursos naturais só possuem valor se a indústria humana transformá-los em produtos úteis para a sociedade. Nesta perspectiva a natureza não tem valor em si, mas sim valor subjetivo, dado pela necessidade e desejo dos seres humanos. Na sociedade que predomina a visão antropocêntrica da natureza o valor atribuído a preservação de uma floresta ou ao seu desmatamento tem a mesma origem, isto é, valor com finalidade para o homem.

Abordagens antropocêntricas consideram que a natureza só tem valor na medida em que os seres humanos têm uma utilidade para ela. Mais do que isso, é comum pensar em coisas naturais como tendo valor apenas se o ser humano as tiver transformado em algum produto útil. (...) Existe uma diferença clara entre manter uma floresta para fazer caminhada, piquenique e outras formas de recreação e derrubar as árvores para fazer mesas e cadeiras. Do ponto de vista antropocêntrico, essa floresta ou essas árvores só têm valor porque os seres humanos as valorizam para fins humanos (SMITH, 1998, p. 04)<sup>9</sup>.

Essa formação do homem baseada no utilitarismo e no tecnocentrismo domina as instituições de ensino. Porém, a civilização atual tem a posse de uma tecnologia muito poderosa que exige uma responsabilidade sobre o seu uso; não se trata de negar a capacidade humana de transformar a natureza a seu favor; mas de reconhecer que a formação humana tradicional não tem como propósito o uso responsável da tecnologia e dos recursos naturais; pois o pensamento

---

<sup>9</sup> "Anthropocentric approaches assume that it does, that nature is only valuable in so far as human beings have a use for it. More than that, it is common to think of natural things as having a value only if human beings have transformed them into some useful product. (...) Now, there is a clear difference between maintaining a forest for walking, picnics and other forms of recreation and chopping down the trees to make tables and chairs. From the anthropocentric standpoint, this forest or these trees only have value because human beings value them for human purposes." (SMITH, 1998, p. 04-05, tradução nossa.)

antropocêntrico reduz a realidade ao tecnocentrismo e só valora a natureza em termos utilitaristas.

A humanidade entrou em uma nova era em que o poder da tecnologia nos põe diante de uma encruzilhada. (...) A transformação da natureza para fins úteis é uma característica do gênero humano, desde os seus primórdios. (...) A verdade é que o homem moderno não foi educado para o reto uso do poder, porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade. (...) O antropocentrismo moderno acabou, paradoxalmente, por colocar a razão técnica acima da realidade. (FRANCISCO, 2015, p. 83-86).

## 2 Ecologismo: a formação humana fundada no ecocentrismo

O ecologismo contrapõe o antropocentrismo combatendo o ideário de relação formal entre homem e natureza estabelecido na modernidade que fez uma segregação radical entre sociedade e natureza. O ecologismo, na sua versão ecocentrista, ao contrário do pensamento moderno, considera que o ser humano não é unidimensional, isto é, não pode ser analisado a revelia da sua dimensão com a natureza, pois ele, assim como todos os seres vivos, está interconectado com toda a natureza.

O ecocentrismo põe o homem numa relação distinta com a natureza. O propósito do ecocentrismo é o ecossistema. Descreve-se isto de várias maneiras como a biosfera, a rede de atividades, a rede propriamente dita, entre outras formas de representar, porém, o que estas descrições têm todas em comum é a abordagem de todas as coisas vivas e de sustentáculo de vida e das interconexões entre elas. (SMITH, 1998, p. 04)<sup>10</sup>.

Todavia, os ecologistas estão em desacordo quanto ao uso da tecnologia, por isso, são classificados em ecocentristas e tecnocentristas. Embora estes últimos ecologistas reconheçam os problemas decorrentes da era tecnológica, eles têm uma visão cornucopiana do uso tecnológico na sociedade, sendo, portanto, defensores do reformismo social. Por sua vez, a vertente ecocentrista afirma que o ser humano nada mais é do que uma das muitas partes do ecossistema terrestre e que está sujeito as leis da natureza.

Ele [O'Riordan] propõe uma divisão fundamental, todavia não mutuamente exclusiva, entre perspectivas tecnocentristas e ecocentristas. O ecocentrismo vê a humanidade como parte de um ecossistema global e sujeita a leis ecológicas. (...) Os ecocentristas não tem fé na tecnologia moderna de grande escala nem nas

---

<sup>10</sup> "Ecocentrism places human beings in a different relationship to the natural environment. The focus of ecocentrism is the ecosystem itself. This has been described in various ways as the biosphere, the network, the web, and so on, but what these descriptions all have in common is the focus on all living and life-supporting things and the interconnections between them." (SMITH, 1998, p. 05, tradução nossa).



elites técnicas e burocráticas. (...) O tecnocentrismo reconhece os problemas Ambientais mas acredita, de uma forma irrestrita, que a atual forma de sociedade sempre os resolverá e alcançará um crescimento ilimitado, a visão cornucópia, ou, mais conservadoramente, que as mesmas podem ser contornadas, com uma gestão cuidadosa da economia e do ambiente. (PEPPER, 2000, p. 62-63).

Para os ecocentristas são estes dois aspectos supras, juntamente com a exigência necessária, que se coloca hoje devido a crise ambiental, de uma ética ecológica; que podem constranger a ação do homem sobre a natureza. Exemplificando de modo mais concreto; os ecocentristas afirmam que isso ocorrerá por intermédio de uma imposição que deve limitar o contingente populacional e a economia desenfreada.

Estas [características, isto é, o homem como parte de um ecossistema e sujeito a leis da natureza], e as exigências de uma moralidade de base ecologista constroem a ação humana, especificamente através da imposição de limites ao crescimento da população e da economia. (PEPPER, 2000, p. 62).

O ecocentrismo intenta estabelecer uma bioética que não dá primazia ao homem, mas que prioriza a natureza. Nesse sentido, essa ética é muito mais abrangente do que a ética antropocêntrica que prioriza somente o homem e quando muito alguns seres vivos de uso doméstico<sup>11</sup>. Ademais, serve para mostrar que o ecocentrismo é radicalmente distinto do socialismo e do anarquismo.

Esta bioética, que dá prioridade à natureza não humana ou pelo menos a põe em pé de igualdade com a humanidade, é, tal como enfatiza Eckersley, o aspecto central do ecocentrismo. Ela diferencia o ecocentrismo do antropocentrismo e de outras ideologias políticas, incluídos o socialismo e o anarquismo. (PEPPER, 2000, p. 63).

Apesar do ecocentrismo se opor a tecnologia, ele não é antitecnológico, mas ludista, no sentido político e social do termo; pois, defende a descentralização do controle tecnológico e a restrição das tecnologias que afetam o meio ambiente.

A posição ecocentrista sobre a tecnologia é complexa. No seu conjunto, não é antitecnológica, ainda que é *Luddite*, quando nos lembramos de os Luddites não protestaram propriamente contra a tecnologia mas contra a sua tendência e controle por parte de uma elite. (PEPPER, 2000, p. 62-63).

---

<sup>11</sup>Considerando essa perspectiva da bioética ecocentrista revela-se um descalabro para o ecologismo comprometido, os discursos atuais promovidos por pretensas sociedades protetoras que outorgando para si o fundamento ecológico reivindicam a salvação apenas para os seres vivos domesticados. Assim como também coloca em xeque as massivas propagandas do ministério da saúde que caricaturam a natureza como vilã para justificar o problema de grandes epidemias ocorridas nas grandes metrópoles. (N. do A.)

O ecocentrismo se opõe ao antropocentrismo considerando que a tese invocada por este de que os seres humanos têm uma posição privilegiada na natureza é uma imposição antropocêntrica.

O ecocentrismo levanta questões sobre a posição do antropocentrismo ao problematizar os limites e as distinções em que este se baseia. Por exemplo, a ideia de que os seres humanos possuem uma posição ética privilegiada faz pouco sentido, caso não seja possível identificar diferenças fundamentais entre os seres humanos e as coisas naturais. (...) Caso não se consiga identificar critérios simples e claros, o antropocentrismo é simplesmente um preconceito. (SIMTH, 1998, p. 04)<sup>12</sup>.

Foi o filósofo norueguês Arne Naess que propôs pela primeira vez no debate ecológico o ecocentrismo, designado por ele de *deep ecology* (ecologia profunda); como a posição central do ecologismo. Para Naess, a *deep ecology* se opõe a centralização do tecnocentrismo na sociedade, contrapondo o fornecimento de bens materiais com a necessidade dos mesmos. A *deep ecology* rejeita o dualismo ensinado, com fundamento antropocêntrico, de que o homem é radicalmente diferente da natureza. Nessa perspectiva essa posição defende que uma sociedade ecológica é aquela que assume a crença na bioética e que defende uma ética ecológica.

A distinção entre ecologias 'profunda' e 'superficial' foi feita primeiro por Arne Naess. A partir daí, vários autores de reputação promoveram a ecologia profunda como sendo a base filosófica das práticas e dos estilos de vida verdadeiramente verdes. (...) Naess afirma que os ecologistas profundos não discutem questões técnicas sem porem questões básicas em primeiro lugar. Antes de perguntarem como assegurar um fornecimento de bens materiais, os ecologistas profundos questionariam primeiro se de fato precisam mesmo de tantos bens, procurando diminuir as nossas exigências aos recursos do planeta. A ecologia profunda rejeita fundamentalmente a perspectiva dualista dos seres humanos e da natureza como separados e distintos. (PEPPER, 1996, p. 34).

A ecologia profunda propõe uma formação humana que promova uma visão em que o ser humano reconheça e se dobre as leis da natureza, passando a viver de acordo com esta, e assim estabelecerá novamente a harmonia natural. Por isso, a ecologia profunda se opõe ao antropocentrismo definido como a doutrina que concebe os valores humanos como sendo a fonte primacial de todo valor.

---

<sup>12</sup>"The ecocentric approach raises questions about the anthropocentric approach by problematizing the boundaries and distinctions upon which it is based. For example, the idea that human beings have a privileged ethical standpoint makes little sense if it not possible to identify fundamental differences between humans and natural things. (...) If no simple and clear criteria can be identified, then anthropocentrism is simply a prejudice". (SIMTH, 1998, p. 05-06).

A ecologia profunda rejeita fundamentalmente a perspectiva dualista dos seres humanos e da natureza como separados e diferentes. (...) A perspectiva do que uma sociedade verde deveria ser advém de uma crença firme na bioética e no valor intrínseco da natureza. (...) Os ecologistas profundos propõem uma humildade aquiescente à maneira de ser da natureza: tentar viver de acordo, e não em desarmonia, com ritmos naturais. Eles opõem-se ao antropocentrismo, definido como considerando os valores humanos a fonte de todo o valor. (PEPPER, 1996, p. 34).

Uma das principais críticas contemporâneas ao programa filosófico que promove a formação humana visando a dominação irrestrita da natureza é apresentada pelo filósofo Hans Jonas, em sua obra, *O princípio responsabilidade*. Para Jonas, o programa baconiano na sua execução capitalista não possui uma ética que é necessária para conter a sua dimensão de dinâmica progressista, que por sua vez necessariamente promove a produção e o consumo excessivos o que conduz qualquer corpo social a uma desintegração total.

O que chamamos de programa baconiano, ou seja, colocar o saber a serviço da dominação da natureza e utilizá-la para melhorar a sorte da humanidade, não contou desde as origens, na sua execução capitalista com a racionalidade e a retidão que lhe seriam adequadas; porém, sua dinâmica de êxito, que conduz obrigatoriamente aos excessos de produção e consumo, teria subjugado qualquer sociedade. (JONAS, 2006, p. 235).

O objetivo principal de Jonas com seu ensaio é, como expressa seu subtítulo, apresentar uma ética para a civilização contemporânea<sup>13</sup>. Para ele, uma perspectiva apocalíptica assola a sociedade humana na contemporaneidade decorrente da dialética do poder sobre a natureza. A assertiva de que *saber é poder*, tem uma contradição intrínseca, o poder gerado pelo progresso técnico promove simultaneamente o domínio e a degradação sobre a natureza e conseqüentemente ameaça toda a vida na Terra. Por isso, é preciso autolimitar o poder de dominação do progresso contínuo desencadeado na sociedade moderna. É devido a essa necessidade que Jonas propõe uma ética para a civilização tecnológica e como possível alternativa ele cita a *ética marxista*.

Devemos compreender que estamos diante de uma dialética que só poderá ser enfrentada graças a uma escalada em termos de poder, e não com uma renúncia quietista ao poder. A fórmula baconiana afirma que *saber é poder*. Mas é o próprio programa baconiano que, no ápice do triunfo, revela-se insuficiente, com a sua contradição intrínseca, ou seja, o descontrole sobre si mesmo, mostrando-se incapaz de proteger o homem de si mesmo, e a natureza, do homem. Ambos

---

<sup>13</sup>JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

necessitam de proteção por causa da magnitude do poder que se atingiu ao se buscar o progresso técnico, cujo crescente poder engendra a crescente necessidade de seu uso e, portanto, conduz à surpreendente impotência na capacidade de pôr um freio no progresso contínuo, cujo caráter destrutivo, cada vez mais evidente, ameaça o homem e sua obra. (...) Torna-se necessário agora, a menos que seja a própria catástrofe que nos imponha um limite, um poder sobre o poder, (...) capaz de autolimitar a dominação que arrasta o condutor, antes que este se estraçalhe de encontro com os limites da natureza. (...) É sob esse ponto de vista que pretendemos analisar a **ética marxista** – ou seja, sob o ponto de vista de nossa salvação diante da desgraça. (JONAS, 2006, p. 236).

Uma primeira questão que se impõe é o motivo que levou Jonas a se voltar inicialmente para a ética marxista como a única alternativa que pode ser considerada para uma construção de uma ética que oriente as ações humanas no contexto atual. Segundo ele, a opção inicial pelo marxismo se deve pelo fato de que essa linha de pensamento tem como objetivo uma revolução mundial. Outra justificativa é a de que a economia liberal moderna é o centro da crise socioambiental contemporânea e por esse motivo a alternativa de solução se volta para a economia pregada pelo comunismo. Jonas parte do pressuposto que a mudança radical no regime capitalista para conter a crise atual, necessita de uma disciplina social imposta politicamente.

E, uma vez que a economia “livre” das sociedades industriais ocidentais é o centro dessa dinâmica, que conduz a essa ameaça mortal, naturalmente nosso olhar se volta para a alternativa do **comunismo**. (...) Nosso olhar se dirige ao marxismo, porque lhe é peculiar a orientação em direção ao futuro do empreendimento humano como um todo (pois ele fala de uma revolução mundial), em nome do qual ele ousa pedir todos os sacrifícios ao presente. (...) É bem mais difícil imaginar como o Ocidente capitalista poderia realizar tal coisa. O que é evidente, no entanto, é que só um máximo de disciplina social, politicamente imposta, pode levar a subordinação das vantagens do presente aos imperativos de longo prazo do futuro. (JONAS, 2006, p. 236).

Para Jonas, o marxismo possui a grande vantagem de um “moralismo” explícito que não se limita a um representante ou partidário particular. É uma crença comum que o certo é viver pela coletividade e por ela se sacrificar.

O marxismo possui a grande vantagem de um ‘moralismo’ explícito, com o qual penetra a sociedade que forma e domina, e que não se limita aos seus expoentes e partidários mais destacados. É um credo da moral pública viver pela coletividade e por ela se sacrificar. (...) Em suma, as características ascéticas são traços intrínsecos da disciplina socialista, de grande utilidade nessa época que se avizinha, na qual se exigirão de nós grandes esforços e sacrifícios. (JONAS, 2006, p. 245).

Em síntese, o discurso ecocentrista considera que a democracia é inapta para estabelecer uma política econômica de sacrifícios responsáveis. É necessário um poder forte para contrapor o poder tecnológico; dentre os diferentes tipos, na visão de Jonas, o modelo disciplinar do marxismo é o que apresenta mais vantagens para esse enfrentamento.

Mas já havíamos aceitado tacitamente que, diante de uma política futura de sacrifícios responsáveis, a **democracia** seria, pelos menos momentaneamente, inapta. Nossa avaliação oscila, a contragosto, entre diferentes tipos de **tiranía**. Nesse caso, o **socialismo**, ainda que sua prática seja deficiente, oferece um alívio inegável para a aceitação popular de um regime de sacrifícios impostos. (...) O marxismo apresenta vantagens em comparação com outros regimes ditatoriais, tanto no que se refere ao aspecto da disciplina social, quanto àquele da confiança social, caso consideremos o assunto de um ponto de vista instrumental e suponhamos o consenso entre os dirigentes quanto às futuras prioridades concretas do planeta." (JONAS, 2006, *loc.cit.*).

### 3 Ecoespiritualidade: a formação humana fundada no diálogo

Fica evidente que uma formação humana baseada no ecologismo seja na sua versão economicista ou ecocentrista, assim como a que se fundamenta no antropocentrismo, promove uma percepção estreita da crise ambiental, pois, todas partem de um pressuposto que não privilegia a dimensão espiritual na relação entre homem e natureza.

Ou seja, o ecologismo tem diferentes versões, porém é consensual em dizer que a mudança para resolver a questão ecológica deve ocorrer na estrutura econômica. Essa ênfase exacerbada do discurso ecológico tem camuflado as ações individuais, como se estas não fossem responsáveis pela atual degradação maciça da natureza.

Na identificação das causas devemos estar atentos a um mecanismo frequente na psicologia pessoal e coletiva: a invenção de desculpas que têm como objetivo não assumir a culpa e as responsabilidades devidas. (BOFF, 2015, p. 133-134).

O ecocentrismo repele a tecnologia, um contrassenso, pois, foi através dela que o homem transformou a natureza criando pela primeira vez na história da humanidade uma sociedade onde existe liberdade e independência. E, contrariamente a essa conquista, *O princípio responsabilidade*, que acertadamente sustenta a necessidade de uma ética ecológica, advoga que a solução para a crise ambiental só pode ocorrer com a implantação de um regime ditatorial, ou seja, apresenta um discurso que pressupõe um conceito elitista sobre o Estado, pois explicitamente apresenta o estado de exceção para justificar a implantação da

tiranía, ainda que esta seja apresentada como uma ditadura diluída.

O Estado, a priori, tem que ser democrático, essa instituição criada pela racionalidade humana tem como objetivo prover a liberdade e não impor vontades de grupos abastados através de decretos. Nessa perspectiva, o Estado deve se conservar neutro. Daí que pela impossibilidade do Estado não poder prescrever, pois, fere inevitavelmente a moral e a legalidade; a alternativa que lhe resta, para estabelecer uma consideração de valor superior, é o consenso entre os indivíduos. Esse consenso sobre valores e formas de agir só pode ser encontrado no diálogo<sup>14</sup>.

O Estado moderno, de índole democrática, deve prover liberdade de consciência, não estabelecer por decreto um determinado consenso. 'Se não quiser comprometer a sua neutralidade no que tange a cosmovisão, ele não pode prescrever legalmente valores superiores ou normas últimas'. Embora não se possa esperar o consenso fundamental, um consenso rígido ou totalizante, é razoável lutar pela formação de um consenso coincidente, conforme prega John Rawls. (...) Enfatiza Hans Küng que 'sem um mínimo de consenso fundamental no que tange a valores, normas e posturas, não é possível a existência de uma comunhão maior nem uma convivência humana digna'. Tal consenso há de ser encontrado no **diálogo**. Sem ele, qualquer experiência democrática terminará no caos ou no **autoritarismo**. (NALINI, 2015, p. 285).

Essa última consideração já revela de modo implícito que o método de formação humana que deve ser considerado é o e ensino que privilegia o diálogo. Este método é uma contraposição a educação vigente que impera no contexto atual. Pois, quando analisamos as relações dos interlocutores nas instituições de educação, em qualquer de seus níveis, deparamo-nos com um fato generalizado, a saber, que as relações dos interlocutores nas instituições educativas são preponderantemente relações verticais, pois impera nessas relações a educação do solilóquio.<sup>15</sup>

Nesta metodologia a realidade é apresentada externa aos interlocutores (dicotomia entre sujeito e objeto, entre cidadão e sociedade, entre homem e natureza etc.) e estes não são considerados sujeitos do discurso. Pois, a edu-

---

<sup>14</sup>Os gregos distinguíam as sociedades políticas das não políticas precisamente pelo **diálogo**, que instaura uma forma nova de solução dos conflitos entre os seres humanos, ou seja, o debate público, que implica a responsabilidade pela solução dos problemas comuns." (OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Desafios éticos da globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 255.).

<sup>15</sup>SERVULO, Albertino. **Educação do diálogo frente à educação do solilóquio**. In: Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores - Seção 3 - Educação e Formação dos Trabalhadores. Fortaleza, 2015. v. 1. p. 433-441, 2015. Este artigo foi inspirado no ensaio, *Pedagogia do oprimido*, do educador brasileiro Paulo Reglus Neves Freire, agraciado com o título de patrono da educação, pela defesa do ensino baseado no diálogo entre os interlocutores. (N. do A.).

cação do solilóquio divide os interlocutores em indivíduos que se julgam sábios e aqueles que são julgados como ignorantes.<sup>16</sup>

A realidade é concebida nesse tipo de formação como completamente fragmentada e sem contradições, a educação do solilóquio apresenta somente fatos alheios à experiência existencial dos interlocutores. Esta concepção da absolutização da ignorância é um instrumento da ideologia da dominação, seja econômica ou intelectual, que constitui o que se chama de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro<sup>17</sup>.

A gravidade desse tipo de formação social é que na medida em que a educação do solilóquio anula ou minimiza a participação, a discussão e o reconhecimento dos interlocutores, estimulando a passividade e não a criticidade, promove a dicotomia, e, conseqüentemente satisfaz os interesses dos opressores.

A formação baseada no solilóquio é na verdade a formação do pensamento reducionista, pois o que se pretende com ela é anular a consciência dos interlocutores e acomodá-los no mundo de opressão, forjado por uma minoria<sup>18</sup>.

Em contrapartida a formação baseada no diálogo rompe com os esquemas verticais da formação baseada no solilóquio, pois permite a liberdade do discurso entre os interlocutores. É através do diálogo que ocorre superação da dicotomia entre os interlocutores, pois na intercomunicação todos são interlocutores<sup>19</sup>.

Essa reivindicação da formação humana fundada no diálogo é uma das marcas da ecoespiritualidade, que diferentemente das formações humanas tradicionais, não deixa a espiritualidade de fora da relação entre homem e natureza.

A espiritualidade convencional das igrejas e da maioria das religiões históricas está vinculada a modelos de vida e de interpretações do mundo (cosmologias) que não correspondem mais à sensibilidade atual. Não raro, deixam o universo, a natureza e a vida cotidiana fora do campo da experiência espiritual. (...) Perdemos grandemente o **caráter sacramental da matéria** e a transparência de todas as coisas, porque conhecemos pouco as coisas ou porque desconsideramos a importância das coisas para conhecer Deus. (BOFF, 2015, p. 380-381).

O pensamento reducionista tem dessacralizado a natureza, porém, a vida, contida na natureza, é espírito, e, mesmo com todo o aparato tecnológico

---

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> *Ibid.*

<sup>19</sup> *Ibid.*

inventado, o máximo que o homem sabe considerar sobre ela, consiste numa mera descrição que se reduz a ideia de que não se trata de uma força superior, mas de um constructo material que não foi testado ainda<sup>20</sup>. Foi essa dessacralização que fez o homem pensar equivocadamente que a natureza não tem valor intrínseco, e conseqüentemente é um fator que causa a degradação ambiental no Planeta.

Ele [o homem] se encaramujou sobre si mesmo. Destruíu os símbolos de sua natureza espiritual, decretou a morte de Deus e mergulhou num incomensurável vazio, desenraizado da natureza e entregue à sua solidão. (...) Esse tipo de sociedade vigente é, sem dúvida, profundamente anticológica. Constitui um dos fatores explicativos da atual degradação do Sistema Terra. (BOFF, 2015, p. 143).

Todavia, no século XX a tecnologia que conduziu o homem ao espaço fez com que a Terra se tornasse objeto de estudo; tal acontecimento serviu pelo menos para suscitar na humanidade o valor que tem o planeta Terra.

Mas a Terra nunca foi objeto de descoberta. Foi preciso que os astronautas, a partir dos anos 1960, saíssem da Terra e a vissem a partir de fora, para então descobri-la como Casa Comum. Essa imagem do globo terrestre visto do espaço exterior, divulgada diariamente pela televisão do mundo inteiro, suscita em nós o sentimento de **sacralidade**, está criando um novo estado de consciência e permite uma nova espiritualidade. (BOFF, 2010, p. 71).

Esse despertar da sacralidade da natureza tem acontecido também devido a crise ambiental que assola nosso planeta e que foi promovida pelo próprio homem, que agora tem que apresentar uma solução, devido a gravidade, pois a própria existência está em perigo. A solução só pode ser encontrada a partir da corresponsabilidade; é diante dessa nova consciência que surge o paradigma da ética baseada na espiritualidade.

Mas nos últimos tempos se anunciaram graves ameaças que pesam sobre a totalidade do sistema-Terra. (...) As mudanças climáticas possuem origem antrópica, quer dizer têm no ser humano, que inaugurou o processo industrialista selvagem, seu principal causador. Como destruímos [todos nós somos responsáveis], devemos agora regenerar urgentemente. A salvação da Terra não cai do

---

<sup>20</sup>“(…) A partir de tudo o que aprendemos sobre a estrutura da **matéria viva**, devemos estar preparados para descobrir que ela funciona de uma forma que não pode ser reduzida às leis comuns da física. E isso, não sobre o fundamento de que exista alguma **nova força** ou o que quer que seja dirigindo o comportamento de cada um dos átomos de um **organismo vivo**, mas sim porque sua construção é diferente de qualquer outra coisa que já tenhamos testado em um laboratório de física.” (SCHRÖDINGER, Erwin. **O que é vida?** O aspecto físico da célula viva seguido de Mente e matéria e Fragmentos autobiográficos. Tradução de Jesus de Paula Assis e Vera Yukie Kuwajima de Paula Assis. São Paulo: UNESP, 1997, p. 87).



céu. Será fruto da nova corresponsabilidade e do renovado cuidado de toda a família humana. É aqui que cabem a ética e a espiritualidade. (BOFF, 2010, p. 72).

Contra o ceticismo dos que dizem que uma ética universal é impossível, é preciso lembrar que nenhuma sociedade foi estabelecida sem valores abrangentes. A ética é intrínseca a própria concepção de formação social, pois, foi necessário que os indivíduos elaborassem consensos e permanecessem neles para estabelecerem a sociedade. No mundo atual, devido a globalização das comunicações, a sociedade tem se tornado cada vez mais multicultural. Essas diferenças e antagonismos entre os povos exigem um consenso universal urgente, pois, a falta deste tem sido um dos fatores da questão ambiental que tanto ameaça a vida na Terra, uma vez que ações ecológicas demandam decisões por parte dos agentes sociais. Daí a necessidade de uma ética que demanda o cuidado e a responsabilidade. A única dimensão capaz de construir esse consenso é a da espiritualidade. Pois, é a única que apresenta seu fundamento no valor supremo, isto é, a vida.

Nenhuma sociedade, no passado ou presente, viveu ou vive sem uma ética. Como seres sociais, precisamos elaborar certos consensos, coibir certas ações e criar projetos coletivos. (...) Hoje devido ao fato da globalização e da coexistência, nem sempre pacífica, das diversidades culturais, constata-se o encontro de muitos projetos éticos. (...) A ética fundada na religião possui, entretanto, um valor inestimável, por referi-la a um último fundamento, que é o Absoluto. (...) Os problemas do aquecimento global e o complexo das várias crises só serão equacionados no espírito de uma ética do cuidado e da responsabilidade coletiva. (...) Para Küng, não se trata apenas de construir um ethos mínimo, mas, antes, de forjar um consenso acerca de um ethos universalmente válido. Esse deve ser viável e efetivo e deve ser obrigatório para todas as pessoas, nas suas diferentes culturas. Como construir um consenso com tais pretensões? Küng responde taxativamente: mediante a religião. E a razão reside na constatação de que a religião comparece como a realidade mais universalmente difusa, base para um consenso entre os humanos. (BOFF, 2010, p. 155-171).

Não há dúvidas que muitas coisas devem ser alteradas na sociedade, porém, é necessário primeiro que o homem mude a si mesmo. Isto não tem sido posto em questão no discurso ecológico, porque, a espiritualidade tem sido deixada de lado. A causa primordial desse fato é a desconsideração de que existe uma origem espiritual comum do homem e da natureza, bem como a falta de uma educação voltada para essa consciência ecológica. Por isso, o desafio da formação humana ecoespiritual é a desconstrução de uma subjetividade consumista, individualista que tem predominado na sociedade pós-moderna, e, que, conseqüentemente não permite que o indivíduo reconheça seus limites sociais e naturais e que a natureza é o seu único bem compartilhado com os demais. É

esse tipo de subjetividade que na sociedade atual desrespeita as normas e que tende a desconsiderar a responsabilidade individual.

Muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa mudar. Falta a consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado por todos. (...) O consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecnoeconômico. (...) O referido paradigma faz crer a todos que são livres, pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui liberdade a minoria que detém o poder econômico e financeiro. (...) Nesta confusão, a humanidade pós-moderna não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e esta falta de identidade é vivida com angústia. (...) Em tal contexto, parece não ser possível, para uma pessoa, aceitar que a realidade lhe assinala limites; neste horizonte, não existe sequer um verdadeiro bem comum. Se este é o tipo de sujeito que tende a predominar em uma sociedade, as normas serão respeitadas apenas na medida em que não contradigam as necessidades próprias. (FRANCISCO, 2015, p. 163-164).

Em suma, o reconhecimento de que estamos vivenciando uma grave crise ambiental, tem que se manifestar em práticas. A primeira atitude é uma mudança nos hábitos consumistas e outros que se sabe são promotores da degradação. A educação para formar essa subjetividade tem que ser centrada no ensino ambiental, isso implica na substituição imediata dos conteúdos atuais que são focados em informações técnicas, isto é, que não faz nenhum diálogo com as questões emergenciais da realidade e nem tão pouco com a dimensão espiritual tão necessária para fundamentar uma ética ecológica.

A educação ambiental tem ampliado os seus objetivos. Se, no começo, estava muito centrada na informação científica e na conscientização e prevenção dos riscos ambientais (...) tende também a recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus. A educação ambiental deveria predispor-nos a dar este salto para o Mistério, do qual uma ética ecológica recebe o seu sentido mais profundo. (FRANCISCO, 2015, p. 168).

## Considerações finais

O debate sobre a formação do homem no contexto da crise ecológica, isto é, a emergência da educação ambiental, se resume na discussão sobre o fundamento teórico capaz de promover uma consciência ecológica. Esse embate coloca em campos opostos o antropocentrismo, visão centrada na sociedade, o ecocentrismo, a defesa do valor intrínseco da natureza e a ecoespiritualidade, que reivindica o criacionismo da natureza. Apesar de existir um consenso entre os ambientalistas de que o antropocentrismo é a causa principal da desvalorização da natureza, é preciso denunciar que essa crítica se tornou extremada, pois

não é possível impedir o progresso social, uma vez que a relação entre homem e natureza é uma necessidade vital, e nem tão pouco se pode negar as grandes realizações científicas que têm ao logo do tempo emancipado os indivíduos da natureza. Assim também o ecocentrismo tem exercido radicalismo similar quando na ânsia de afirmar a natureza passa a negar o homem quando reduz este a primeira.

É preciso observar que tanto o antropocentrismo radical quanto o materialismo absoluto têm sido também usados, ainda que de forma sutil, na ecoespiritualidade. Nessa perspectiva é que nos opomos às interpretações que deslegitimam a tradição cristã como pensamento antiecológico. Enfatizar apenas o aspecto político, ao ressaltar que o pauperismo é a maior ameaça, em detrimento dos valores espirituais é permanecer no materialismo marxista. Do mesmo modo equivocou-se o ecoespiritualista que nega a capacidade singular que o homem exerce sobre a natureza.

Em suma, a ética espiritualista é a única que apresenta o fundamento supremo que é necessário para estabelecer uma ética universal. Tanto a ética utilitarista, quanto a ética ecocêntrica, apresentam fundamentos antropocêntricos, pois, restringem-se respectivamente, a particularidade da natureza e a materialidade absoluta. Nenhum desses discursos reflete sobre a dimensão espiritual e a responsabilidade do indivíduo diante da degradação ambiental. O indivíduo aparece isento de culpa, absolvido pelo psicologismo que recorrentemente o trata como vítima do sistema econômico vigente. A ecoespiritualidade afirma a dialética entre homem e natureza considerando que o ponto de partida é a vida. Por isso engana-se o antropocentrismo e o ecocentrismo, que reduzem o problema ecológico a dimensão material. O ecologismo em geral afirma que a integridade do problema está na produção humana, no modo de produção social, todavia essa explicação ainda é reducionista porque a solução propõe mudança na forma de economia sem questionar o valor supremo na relação entre homem e natureza.

## Referências Bibliográficas

BROCKWAY, George. **A morte do homem econômico**: princípios para uma economia do futuro. Tradução de Antonio Sérgio Rocha. São Paulo: Nobel, 1995.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da Terra, grito dos pobres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Cuidar da Terra, proteger a vida**: como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

FERKIS, Victor. **O homem tecnológico**: mito e realidade. Tradução de Marco Aurélio de Moura. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1976.

FRANCISCO, Papa. **“Carta Encíclica Laudato Si”**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

GANDINI, Raquel. **Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEISS, William. **The domination of nature**. Québec: McGill-Queen's University Press, 1994.

MALDONADO, Manuel. **Sueño y mentira del ecologismo**: naturaleza, sociedad, democracia. Madrid: Siglo XXI, 2008.

MARQUES, Jordino. **Descartes e sua concepção de homem**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MONDIN, Batista. **O homem quem é ele?** Elementos de antropologia filosófica. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulus, 1980.

NALINI, José. **Ética ambiental**. 4ªed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

OLIVEIRA, Manfredo. **Desafios éticos da globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001.

SMITH, Mark. **Ecologism: towards ecological citizenship**. Minneapolis: University of Minesota Press. 1998.

SOARES, Everton. **O perigo verde**: o princípio da sustentabilidade como contraponto à ecologia radical. Editora JHMIZUNO, 2015.

*\*Profª. Dra. Ir. Maria Celeste de Sousa*

Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

*\*Prof. Dr. Albertino Servulo Barbosa de Sousa*

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará-UFC.